



## O SILÊNCIO FEMININO EM NARÁ-SUE UARENÁ, DE NENÊ MACAGGI

*FEMALE SILENCE IN NARÁ-SUE UARENÁ, BY NENÊ MACAGGI*

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v15i1.1062>

Claudenice Soares da Silva <http://lattes.cnpq.br/9369501151909325>

**Resumo:** No decorrer do percurso histórico, assim como na literatura, a submissão da cultura patriarcal, a opressão física, emocional, econômica e moral impuseram às mulheres, o silenciamento em diversas esferas sociais. Fundamentado nas perspectivas de gênero, literatura e silêncio, tomamos como referencial de estudos, artigos científicos e livros que postulam as ideias de Orlandi (2007), Monteiro(2019), Candido(2000), Beauvoir(1961), Butler(2018), Zinane e Santos(2010), entre outros. Objetiva-se com este trabalho a realização de uma análise discursiva dos sentidos do silêncio e silenciamento tomando como objeto de análise a obra *Nará-Sue Uarená* (2012), de Nenê Macaggi. A narrativa contempla a trajetória de uma jovem índia e seu avô, que após uma tragédia que dizimou sua tribo e sua família, precisam sair em busca de um novo local de morada e essa viagem levará a personagem principal *Nará-Sue* a conhecer um jovem capataz. O estudo, de caráter bibliográfico, propõe-se inicialmente em elencar discussões teóricas a respeito das produções da autora e do corpus em questão; na segunda parte a literatura feminina e o silêncio serão o enfoque da representatividade dos processos de poder e violações que ocorrem contra a mulher. A pesquisa se completa a partir da problematização e exemplificação dos sentidos do silêncio na obra *Nará-Sue Uarená* de modo tal que possamos contribuir a partir do viés literário e das análises realizadas, com o esclarecimento dos possíveis elementos constituintes do silêncio e silenciamento.

**Palavras-chave:** Literatura. Mulher indígena. Silêncio. *Nará-Sue Uarená*.

**Abstract:** In the course of history, as well as in literature, the submission of patriarchal culture, physical, emotional, economic and moral oppression imposed on women, silencing in various social spheres. Based on the perspectives of genre, literature and silence, we take as a reference of studies, scientific articles and books that postulate the ideas of Orlandi (2007), Monteiro (2019), Candido (2000), Beauvoir(1961), Butler(2018), Zinane and Santos (2010), among others. The objective of this work is to carry out a discursive analysis of the meanings of silence and silencing, taking as an object of analysis the work *Nará-Sue Uarená* (2012), by Nenê Macaggi. The narrative contemplates the trajectory of a young Indian woman and her grandfather, who, after a tragedy that decimated their tribe and family, need to go out in search of a new place to live and this trip will lead the main character *Nará-Sue* to meet a young foreman. . The study, of bibliographic character, initially proposes to list theoretical discussions about the author's productions and the corpus in question; in the second part, women's literature and silence will focus on the representativeness of the processes of power and violations that occur against women. The research is completed from the problematization and exemplification of the meanings of silence in the work *Nará-Sue Uarená* in such a way that we can contribute from the literary bias and the analyzes carried out, with the clarification of the possible constituent elements of silence and silencing.

**Keywords:** Literature. Indigenous woman. Silence. *Nará-Sue Uarená*.

## INTRODUÇÃO

O silêncio não são as palavras silenciadas que se guardam no segredo, sem dizer. O silêncio guarda um outro segredo que o movimento das palavras não atinge.

(LE BOT apud MELLO, 2006)

No presente artigo abordaremos aspectos da escritura da autora Nenê Macaggi assim como um percurso histórico que perpassa pela sociedade tal como pela literatura, com relação à submissão da cultura patriarcal, a opressão física, emocional, econômica e moral a qual as mulheres foram condicionadas por intermédio das mais variadas formas de violência e considerando tais aspectos, objetiva-se com este trabalho a realização de uma análise discursiva nos sentidos do silêncio e silenciamento feminino na obra *Nará-Sue Uarená* de Nenê Macaggi.

Tendo em vista que a escrita literária intenciona a verossimilhança com a realidade comportando contextos sócio-histórico-culturais do momento em que a obra é descrita (CÂNDIDO, 2000), surge o interesse de buscar nas entrelinhas literárias, precisamente do romance póstumo *Nará-Sue Uarená*, da escritora Nenê Macaggi, as pistas que possivelmente indicariam os indícios de silêncio e silenciamento na narrativa. Essa curiosidade irrompe a partir de leituras das obras *A Mulher do Garimpo* e *Dadá-Gemada Doçura Amargura*, escritas por Nenê em que foram encontrados traços de violências e violações principalmente em relação à mulher e sabendo que a autora possuía uma obra póstuma, a curiosidade de descobrir se, do mesmo modo que as outras, esta apresentaria elementos de configuração do silêncio e do silenciamento feminino e quais seriam.

Considerando a obra como *corpus* desta pesquisa, inquietava-nos saber de que maneira poderíamos observar e analisar a configuração do silêncio e o silenciamento considerando como foco a personagem indígena na narrativa. Sendo assim trazemos como questionamento norteador a interrogativa: Em que consiste a representatividade do silêncio e do silenciamento da personagem principal na obra *Nará-Sue Uarená*, de Nenê Macaggi?

A partir desse questionamento, nosso objetivo principal tem como foco analisar a representatividade

do silêncio e do silenciamento na obra *Nará-Sue Uarená* (2012), e para tanto, fundamentado nas perspectivas de gênero, literatura e silêncio, tomamos como referencial de estudos, artigos científicos e livros que postulam as ideias de Orlandi (2007), Monteiro (2019), Candido (2000), Beauvoir (1961), Buttler (2018), Zinane e Santos (2018), entre outros, debruçando-nos numa análise dos elementos constituintes e significantes do silêncio e silenciamento na literatura.

O estudo de abordagem qualitativa, descritivo e de caráter bibliográfico está dividido em três seções sendo a primeira intitulada “Percurso Teórico: autora e obra” propondo-se inicialmente em elencar ideias discursivas a partir de apontamentos realizados por pesquisadores a respeito da autora e de características relevantes presentes no *corpus* em questão. Na segunda seção “O silêncio feminino na história e na literatura”, discorreremos teoricamente a cerca de representatividade do silêncio e do silenciamento, abordando questões do gênero feminino no percurso histórico-cultural, social e literário, apresentando uma subseção intitulada “O que diz o silêncio”, no qual serão apontadas conceituações de silêncio e silenciamento que servirão de base teórica para a análise da obra e na seção final, “O silêncio feminino em *Nará-Sue Uarená*”, exemplificaremos e problematizaremos a questão do silêncio e do silenciamento no *corpus* em questão.

Intenciona-se com essa análise contribuir de forma tal que este trabalho possa tornar-se uma referência norteadora ao leitor no tocante a observação dos elementos constituintes do silêncio e do silenciamento analisados, haja vista, o caráter subjetivo do trabalho não encerre o tema e a análise, mas sirva como recurso orientador para aqueles que desejarem ampliar a discussão a cerca do tema apresentado.

## PERCURSO TEÓRICO: AUTORA E A OBRA

Maria Macaggi, conhecida como Nenê Macaggi, nascida a 24 de abril de 1913, na cidade de Paranaguá, no Paraná, chegou à extinta cidade Boa Vista do Rio Branco, ainda município do Amazonas na década de 40, enviada pelo presidente Getúlio Vargas, como jornalista e seu principal objetivo era realizar reportagens a respeito dos acontecimentos e do andamento do desenvolvimento nas longínquas

terras nortistas a serem desbravadas. Posteriormente, foi nomeada delegada do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em Roraima, o que de acordo com Almada (2017), oportunizou a escritora o convívio com os povos indígenas, garimpeiros e fazendeiros da região.

Nenê Macaggi passou quatro anos como Delegada Espacial dos Índios do Rio Branco, quando teve, então, a oportunidade de realizar o desígnio de viajar pela Amazônia e conhecê-la de perto e em profundidade; também teve a oportunidade de conviver com povos indígenas da região e, ainda, de lidar com a realidade do garimpo[...] (ALMADA, 2017, p. 83)

Como podemos observar o trabalho que oportunizou um contato direto com os costumes e as vivências indígenas assim como com toda a contextualidade envolvida nas relações sociais e comunitárias entre o índio e o branco, assegurou a Macaggi a possibilidade de um vasto conhecimento que a inspirou a retratar por intermédio de suas obras, essa realidade e todo contexto vivido por esses povos em seus romances ficcionais. De acordo com Fraga e Lima (2019), as obras macaggianas conferem a representação de um discurso que configura-se como uma “tentativa de representação identitária roraimense”, evocada a partir da exaltação das riquezas naturais caracterizadas pela descrição das paisagens, de hábitos culturais (os rituais indígenas, as migrações, a comida, as vestimentas e as palavras), a dominação e a descrição de aspectos da beleza física das personagens índias e indígenas mestiças.

Outros autores como Campos e Mibielli (2018), estudiosos das obras de autoria macaggiana, descrevem como exageradas e quase didáticas as descrições paisagísticas dispensadas nas narrativas, considerando determinados trechos como “descrições enciclopédicas geográficas no melhor estilo *Readers Digest*” (CAMPOS; MIBIELLI, 2018, p.39), incluindo-se nomes de rios e seus afluentes.

Esse Mucajái “orgulhativo” e “sonrizante” piscoso e bonito, corre de leste para oeste e tem como principal tributário o Apiaú, que nasce na serra do Catrimâni e corre paralelo a ele durante vários quilômetros até que se lança em suas águas caudalosas bem mais adiante. Parte dos Xirianas subiu o Mucajái com o perione (tuxaua) Concha Velha e no xabono ainda estão Chico e Macaco, que vivem de vender peixe para os napês ou auaus (brancos). (MACAGGI, 2012)

Este recorte confirma que a obra em análise, comporta os elementos acima descritos em Fraga e Lima, Campos e Mibielli, no que concerne às

descrições geográficas, paisagísticas, do emprego de palavras e das vivências dos povos indígenas.

A obra *Nará-Sue Uarená – O romance dos Xamatautheres do Parima*, de Nenê Macaggi é um romance póstumo publicado em 2012, que conta a história de uma jovem índia e seu avô, únicos sobreviventes de um massacre em sua comunidade, protagonizado por povos inimigos, que se aventuram numa viagem rumo ao desconhecido em busca de um novo lugar de morada até encontrarem uma fazenda na qual passam a trabalhar. A narrativa descreve detalhes da viagem, na qual encontram o napê (homem branco) Manoel que vai levá-los para a fazenda, assim como a convivência entre os trabalhadores do local com os patrões e as situações enfrentadas por todos, com foco na personagem Nará-Sue.

De acordo com Santos (2018), a narrativa em *Nará-Sue Uarená*, constitui-se na representação do índio como obedientes, acessíveis aos processos de “educabilidade” e consolidam na descrição da índia Nará, a bondade, a compreensão, o amor aos animais assim como a degradação da natureza e as relações de atritos entre índios e brancos.

Bondosa e compreensiva por natureza, como destruir o que paimpeaime lhe dá sem cobrar nada? Nara-Sue não é exceção e sim uma espécie de ecologista natural sem estudo, que ama o arvoredo, adora os animais sacrificando-os porque precisa comer e respeita a Mãe-Natureza certa de que em seu corpo corre, misturada ao sangue, a seiva dos troncos que são a aorta vegetal e também a clorofila da folha. Ela é da “selvaselvaggia”, não é napê que traz “manguame” para os índios, “destruindo” a magnificência do verde que protege e alimenta. E ele ainda é nacinace e morrimorim (preguiçoso e mentiroso), xinga mentalmente o recura sempre que pode. (MACAGGI, 2012, p. 57,58)

Além dos elementos neste recorte, Santos considera ainda que a obra apresenta, mesmo que de “modo preservacionista”, uma cena comparativa a do Massacre de Haximu, considerando o modo como acontecem as descrições da personagem ao encontrar sua família igualmente chacinada, numa condição em que a autora afirma como situação de “negação dos conflitos entre não-índios e índios em Roraima”, haja vista, segundo a pesquisadora, Macaggi opta por atribuir na narrativa o ato de selvageria ocorrido no massacre, aos índios de uma tribo rival e não aos garimpeiros como originalmente ocorreu:

Em Nará-Sue a representação da convivência entre índios e “brancos” se caracteriza pelo apagamento quase completo dos conflitos históricos que mediaram essa relação desde a chegada dos primeiros exploradores. (SILVA apud SANTOS, 2018, p. 49)

Segundo Monteiro (2019, p.8), essa configuração macaggiana, comporta um “discurso narrativo truncado, com certa fragilidade técnica apresentando personagens femininas protagonistas de tensões”, envolvidas num enredo composto por discursos representativos do autoritarismo arbitrário “e soberano”, da violência, do gênero e das construções históricas que subjagam o indivíduo atuando nos corpos, principalmente no feminino, as imposições e os mecanismos de poder e controle. Ainda segundo o autor, o corpo (*in*)*dócil*<sup>1</sup> também se apresenta como espaço de manifestação da resistência frente aos processos de exclusão “nos trazendo indícios sobre a representação do corpo como uma escrituração de ‘contra conduta’, maneiras de manifestar-se contrário aos processos de violação”. (MONTEIRO, 2019, p. 8)

As representações de processos de violação em Macaggi tem como foco os indivíduos mestiços e indígenas, principalmente femininos assim como traços discursivos discriminatórios em relação aos indígenas.

Podemos afirmar que a tentativa de desqualificar o que configuram os pertencimentos étnicos são fortemente presentes [...] reverberam as violentas formas de agressões impressas na descrição dos corpos do indígena. (MONTEIRO; SARMENTO-PANTOJA, 2018, p. 1877)

A partir do exemplo citado ousamos concordar que de fato a intencionalidade na exposição de tais fatores discursivos são indícios de um contexto social no qual o indígena, assim como nos afirma Santos (2005), era visto como o “selvagem” que necessitava ser guiado pelos brancos num processo que possivelmente os transformariam em homens “civilizados” para que pudessem ser úteis à sociedade que deveriam integrar. Quanto a isso, Santos (2018, p. 50) enfatiza que Nará-Sue e o avô, “acabam sendo domesticados na fazenda, onde viram empregados obedientes”, afirmativa que confirma os estudos de Santos (2005) no que tange a intencionalidade de enquadramento desses povos dentro de um modelo social ao qual não pertenciam:

O Serviço de Proteção ao Índio se instala no Rio Branco em 1915, entre as poucas atividades exercidas diretamente em favor dos povos indígenas da região, estavam as escolas, criadas

com a função de alfabetizar as crianças indígenas e de ministrar cursos de seleiro, ferreiro, carpinteiro e marceneiro, sendo a primeira escola fundada em 1919. [...] tinham por finalidade: Disseminar a instrução entre as inúmeras tribos semi-civilizadas que povoam o interior para torná-los úteis ao engrandecimento da Pátria e ao bem da família. (CIDR,op.cit.,31 apud SANTOS, 2005, p.120)

Como pode ser observado no excerto e ainda conforme Santos (2005) na década de 70 as referências discursivas a respeito dos indígenas foram silenciadas quase que totalmente reforçando a crença da necessidade de desqualificação e invisibilidade da presença desses povos como parte do processo de ocupação do território Amazônico. Neste processo de invisibilidade, incluíam-se as mulheres indígenas consideradas nos discursos macaggianos de gênero, segundo Monteiro e Sarmento-Pantoja (2018) como as principais vítimas dos processos silenciosos de violação:

[...] os corpos que foram submetidos as práticas de violência são femininos o que nos demonstra indícios sobre a maneira como eram, ou são, tratados os corpos femininos durante a sócio histórica da Amazônia a partir das políticas de povoamento nela imantadas. (MONTEIRO; SARMENTO-PANTOJA, 2018, p.1879)

Numa época em que permeiam na sociedade roraimense, tanto quanto em outros lugares, comportamentos discriminatórios patriarcalistas que requeriam de seus habitantes, principalmente os de fora, a aquisição de determinadas características entre elas estar de acordo com a ordem social vigente, caracterizadas pelo silenciamento e invisibilidade dos sujeitos historicamente subversivos como as mulheres e os indígenas, Nenê Macaggi que, assumindo cargos de comando com notoriedade política no SPI, além de jornalista, emerge como a primeira escritora no estado de Roraima.

Isto posto, perceberemos quão demorado foi para as mulheres a conquista por espaços na sociedade e na literatura que permitissem torna-las independentes, autônomas e capazes de realizações tão importantes quanto as masculinas e como esse espaço de silenciamento se consolidou na sociedade e na escrita literária.

1 Termo mencionado no artigo Corpos indígenas mestiços (*in*)*dóceis* em ‘Romances do Circum-Roraima’ publicado em 2019, de autoria do professor Dr. Huarley Mateus do Vale Monteiro.

## O SILÊNCIO FEMININO NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

É da natureza humana a alteridade. O ser humano por natureza tende a afirmar-se como essencial tendo “o outro” como inessencial.

[...] o homem só se pensa pensando o Outro: apreende o mundo sob o signo da dualidade; esta não tem, de início um caráter sexual. Mas, naturalmente, sendo diferente do homem que se põe como o Mesmo é na categoria do Outro que a mulher é incluída; o Outro envolve a mulher; [...] (BEAUVOIR, 1961, p. 89)

Neste sentido a mulher desde os primórdios da humanidade é vista e tratada como “o outro”, o elemento subjugado pelo “eu” masculino considerado por si mesmo como superior e exatamente por isso como o detentor dos privilégios e do poder com o qual submetem as mulheres a um discurso ideológico dominante que com apoio religioso, cultural e social vem sendo alimentado durante os séculos e que até os dias de hoje vê-se refletidos em comportamentos e discursos ofensivos e violentos contra a figura física ou psicológica feminina. A mulher não definiu sua “inferioridade” por vontade própria. A memória feminina foi bombardeada desde os tempos históricos mais remotos por intermédio de discursos, condutas e falares preconceituosos.

Descapitada política, econômica, emocional e moralmente, a mulher, mesmo quando usufrui de certa liberdade continua presa, submissa e controlada de forma severa e tratada como mercadoria por seus senhores sejam eles o pai, o irmão, o marido ou um tutor.

A história da mulher romana, por exemplo, é definida pelo conflito entre o Estado e a família e tornam a propriedade agrícola, a propriedade privada e a família, as células da sociedade, escravizando a mulher ao patrimônio familiar, passando a “sua existência na incapacidade e servidão” (BEAUVOIR, 1961, p.112). Não podiam expressar opiniões nem contribuir política ou economicamente na sociedade e menos ainda expressar-se sexualmente, mesmo que na intimidade do casamento sob pena de suas condutas serem consideradas pervertidas e social e religiosamente inaceitáveis e por isso, punidas física e moralmente. Em outras palavras, o corpo era a forma direta de punição e silenciamento e esse fato fica bastante evidente tendo em vista as milhares de mulheres que foram queimadas em “fogueiras santas”

por serem consideradas bruxas e hereges por conta de qualquer comportamento considerado subversivos ou inadequado para a época.

Segundo Monteiro (2019, p.6), esses dispositivos de relações de poder “considerados tanto em Foucault quanto em G. Agambem e Esposito, ressaltam sobre o ajustamento dos corpos à dinâmica implementada na sociedade contemporânea”, na qual por intermédio da disciplina física, estrutural, psicológica e ideológica tornam os corpos submissos e dóceis. Pensamento compartilhado pela escritora Judith Butler (2018) em seus estudos sobre os problemas de gênero. Segundo ela:

O corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder. A sexualidade é uma organização historicamente específica do poder, do discurso, dos corpos e da afetividade [...] a sexualidade produz o “sexo” como um conceito artificial que efetivamente amplia e mascara as relações de poder responsáveis por sua gênese. (p.162)

Neste sentido, a palavra “sexo” aqui não configura o ato sexual, mas a condição de gênero heterossexualmente imposto pelos sentidos ideológicos dominantes que atuam arbitrariamente na compreensão feminina intitulando-a como sexo frágil, dependente física e emocionalmente da figura masculina ou como “segundo sexo – o outro” (BEAUVOIR, 1961) apontando como desvantagem a condição biológica da mulher frente ao homem, considerado biologicamente mais forte. Sendo assim,

O gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma ‘repetição estilizada de atos’. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como uma forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. (BUTLER, 2018, p.242)

Em consequência disso, de tanto ser repetido e enfatizado, esses conceitos ideológicos discriminatórios e inverídicos constituíram-se por verdades e as mulheres acabaram por internalizá-los ainda que sejam bem-sucedidas. O inconsciente coletivo faz com que a mulher e o homem comportem-se de maneira condicionalmente ancestrais.

A libertação da mulher envolve um percurso longo e árduo, pois é necessário desconstruir os conceitos tradicionais, redesenhar os papéis de homens e mulheres e prepará-los para assumirem as novas

tarefas com igualdade e respeito. Talvez a transformação do homem seja a mais difícil, pois, como a mulher, precisa vencer condicionamentos ancestrais que pertencem ao inconsciente coletivo; além disso, necessita da aceitação do grupo e da própria mulher. (ZINANI, 2013, p.119):

Percebe-se deste modo que em todos os momentos da história, mesmo nas sociedades tidas como “mais liberais” em relação às mulheres, ela continua de alguma forma escravizada principalmente no que concerne à sua vida familiar ou matrimonial. De acordo com Zinani e Dos Santos (2010) a escrita de mulheres do século XIX ainda era considerada a expressão de uma sensibilidade contemplativa e um sentimentalismo fantasioso. Às mulheres eram

[...] permitidos somente as cartas e diários, inicialmente. Posteriormente as poesias e romances. A ciência, história e filosofia eram campos proibidos, deixando a produção feminina restrita aos campos do privado (cartas) e íntimo (diários). Não obstante, Perrot coloca ainda os quartos como local de produção feminina. (OLIVEIRA NASCIMENTO, 2015, p. 289)

Observa-se portanto que a construção da sociedade política da época não permitia às mulheres envolvimento intelectual, literário e se houvessem mulheres escritoras, não eram consideradas, menos ainda citadas em obras críticas por preconceito, imposição social de uma sociedade patriarcal na qual estava enraizada mesmo que não de forma explicitamente falada ou sim, a ideia de que as mulheres são mentalmente incapazes de pensar, escrever e criticar de maneira inteligente, a exemplo do que encontramos no artigo de Silva (2005) ao descrever em sua pesquisa que “a autora se identificava apenas pela profissão – ‘advogada e funcionária pública’ (p.196), ao assinar a coluna independente de um jornal roraimense que circulou de 1986 a 1987.

Por muitos anos as mulheres foram excluídas do Cânone Literário brasileiro sob a justificativa de que as obras de escritoras femininas eram consideradas de inferior qualidade por seus aspectos estilísticos constituintes.

Isso porque esta escrita comporta características de aspectos específicos da vida feminina que envolvem suas experiências, sua perspectiva, sua experiência corporal, social e cultural em relação à sua vida em sociedade envolvendo pois o gênero humano (e não exclusivamente o feminino) a partir do seu ponto de

vista e não por intermédio de formações ideológicas.

Sendo assim de acordo com Cândido (2000, p. 27), “a obra depende estritamente do artista e das condições sociais que determinam sua posição”, considerando que uma obra constitui-se em sua função total, social e ideológica, apresentando a temporalidade e universalidade do lugar, as relações sociais e o conjunto de ideias apreendidos pelo autor. Desse modo vale ressaltar que:

[...] as representações do mundo social não se medem por critérios de veracidade ou autenticidade, e sim pela capacidade de mobilização que proporcionam ou pela credibilidade que oferecem. [...] o discurso literário comporta, também a preocupação com a verossimilhança. A ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, em que os limites da criação e fantasia são mais amplos que aqueles permitidos ao historiador. (TEIXEIRA, 2009, p.85)

Compreende-se assim que à literatura como espelho da realidade que se manifesta de modo diverso ao ideal, compete o desafio de cumprir seu papel denunciador e possivelmente contribuir para uma transformação do contexto em que está inserida.

Neste sentido as escritas macaggianas são construídas a partir da composição da realidade discursiva da época, abordando temas como a violência principalmente contra mulheres, as práticas de exceção, o corpo como espaço político de resistência (MONTEIRO; SARMENTO-PANTOJA, 2018), as questões de gênero, os indígenas, os mestiços e o silenciamento, configurando a paisagem roraimense como espaço de construção e significado em suas narrativas. No que tange a questão da temática abordada no romance *Nará-Sue Uarena*, publicado postumamente em 2012, nosso recorte será em função da representatividade do silêncio e do silenciamento e para tanto, apresentamos a seguir, conceituações de silêncio e silenciamento que servirão de base teórica para a análise do *corpus* em questão.

## O QUE DIZ O SILÊNCIO

Há inúmeras maneiras de definir e conceituar o silêncio. Dentre todas as alternativas possíveis busquemos uma definição direta para iniciarmos nossas discussões. Desta forma, de acordo com o dicionário Michaelis on-line, encontramos:

**silêncio:** si-lên-ci-o SM. 1 Ausência completa de som ou de ruído; calada. 2 Estado de quem se cala ou se abstém de falar. 3 Estado de quem se recusa a ou está impossibilitado de manifestar suas ideias, suas opiniões. 4 Qualidade ou caráter do que é tranquilo; calma, sossego. 5 Interrupção de correspondência ou de comunicação. 6 Ausência de referência ou de menção de algo; omissão. 7 Aquilo que deve ficar acobertado, sem chegar ao conhecimento das pessoas; segredo, sigilo. Interj Usada para fazer calar ou impor ordem e sossego. (SILÊNCIO, 2020)

Enquanto isso, no silêncio da floresta, nós, xamãs, bebemos o pó das árvores yãkoana, que é o alimento dos xapiri. [...] Essa é a nossa escola, onde aprendemos as coisas de verdade. (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p.76-77)

Os velhos são sábios. Sábios não porque ensinam através das palavras, mas porque sabem silenciar e no silêncio mora a sabedoria. (MUNDURUKU, 2006, p.16)

Das definições de silêncio encontradas, apontemos inicialmente aquelas que nos remetem as conceitualizações de que no silêncio representativo da “calma”, e do “sossego”, repousam a busca pela sabedoria, ou seja, o silêncio como prática do aperfeiçoamento espiritual e/ou filosófico. Algumas tradições religiosas como os budistas, trapistas, monges cartuxos, entre outros, costumam utilizar-se da prática ou do voto de silêncio como meio para alcançar um elevado nível de altruísmo e espiritualidade intencionando sentirem-se mais próximos de Deus. Em Plutarco (Tratado sobre a tagarelice) apresenta-se o uso do silêncio como terapia da alma sendo considerado um homem sábio e bem-comportado, aquele que sabia o momento ideal do falar, do discursar e o mais importante, saber permanecer em silêncio era sinal de boa educação. Tagarelas são convencidos e isso é defeito de aprendizado da escuta e a tagarelice, portanto, considerada como inconveniente e perigosa. (HARA, 2015)

O silêncio era ensinado aos jovens gregos e romanos que adotavam-no em diversos modos, como uma forma particular de relação com os outros e ainda no que concerne aos usos do silêncio como sabedoria. De igual maneira observamos que na cultura indígena também se configura a prática do silêncio como aspecto de aquisição de sabedoria e de conexão com a *Mãe-Natureza*, origem da vida. Os jovens são ensinados desde cedo a serem atentos e silenciosos aos ensinamentos dos mais velhos, considerados como sábios, como podemos observar nos trechos abaixo:

Apolinário me disse simplesmente: – Está vendo aquela pedra lá na cachoeira? Respondi que sim. – Então sente nela e fique lá. Não saia enquanto eu não mandar. Você só tem que observar e escutar o que o rio quer dizer pra você. Foi o que eu fiz. (MUNDURUKU, 2001, p.29)

Ser pajé é uma tarefa árdua, porque exige a capacidade de ouvir cada pessoa;[...] Esse aprendizado exige sacrifícios: solidão, sofrimento, silêncio. (MUNDURUKU, 2013, p.05)

A partir da análise desses recortes, ousamos afirmar que esse conceito de educação pelo silêncio difundido entre os índios como uma forma cultural de organização social, foi aproveitado pelos colonizadores como uma estratégia de controle de poder sob o argumento de evitar atritos, problemas e punições. Discursos jesuítas intencionavam o silêncio como “remédio” para as rebeldias (MATOS, 2007). O silencioso não precisava, porém, o que se rebelava a falar necessitava ser curado e portanto, silenciado. Estar em silêncio era contribuir no processo.

Nas ciências da linguagem o verbal predomina o não-verbal e neste sentido o silêncio reduz-se a falta de palavras. Para Orlandi (2007) o silêncio não é o significado de nada pelo contrário, o silêncio significa. O físico é a palavra, o silêncio é o sentido, o significante, “o indício de uma instância significativa; trata-se do ‘silêncio fundador’, ou fundante, princípio de toda significação” (ORLANDI, 2007, p.68).

Quando atentamos para o silêncio, tematizando razões “constitutivas”, fazemos o percurso da relação silêncio/linguagem e estamos no domínio do silêncio fundante. Quando circulamos pelas razões políticas, trabalhamos a dimensão do silenciamento na “formulação” dos sentidos. (ORLANDI, 2007, p.54)

O silêncio vem antes das palavras. É o eco das palavras não ditas, ele as atravessa constituindo-lhes um sentido, uma transfiguração do comportamento humano que evoluiu durante longos períodos históricos por intermédio dos comportamentos e imposições sociais, culturais e econômicas. Ainda de acordo com a autora, esse espaço entre o silêncio e o falar ou entre o silêncio e as palavras, constitui-se uma flutuação que Tfouni (2008) considera como o “interdito”.

Para nós é uma interdição que funda a flutuação. O interdito seria um *operador* que corta ou impede o tudo dizer; para que seja possível dizer alguma coisa esse corte é fundamental, pois, se fosse possível dizer tudo, não se diria nada. (TFOUNI, 2008, p. 356)

Dessa maneira, tudo que é dito, traz consigo rastros do que não pode ou não deve ou não convém

ser dito, estando presente no silêncio e esse espaço do não dizer é portanto, preenchido pelo interdito. A partir deste ponto tomemos a linguagem como fato relevante a ser considerado na configuração discursiva das práticas de invisibilização e *silenciamento* na constituição do sujeito configurando umas das categorias do silêncio denominada por Orlandi como a política do silêncio que seria o silenciamento. Para Orlandi o silenciamento constitui-se como um ato político do fazer calar de forma tal que sujeitos e sentidos se constituem pela relação entre o que foi e o que não foi ou não pode ser dito. Segundo Hara (2015, p.100), “são indivíduos livres que tentam controlar, determinar, delimitar a liberdade dos outros e, para fazê-lo, dispõem de certos instrumentos para governar”.

É justamente o que acontece com a censura política<sup>2</sup> que segundo o entendimento de Orlandi, compreende dentro do silenciamento como *silêncio local* e constitui-se por atos de dominação e resistência e o estabelecimento do que “pode e deve ser dito”, “o que, do *dizível*, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala” e por fim que “se obriga a dizer “x” para não deixar dizer “y”. Com efeito, vemos a partir desses elementos, diferentes formações de configurações discursivas de silenciamento produzindo limites, “posições” e “lugares” de atuação a serem ocupados pelo sujeito proibindo-lhes certos sentidos, descaracterizando-o de sua identidade.

Sendo assim a censura é o lugar da negação da identidade estabelecido nas relações de força na qual o indivíduo é obrigado a silenciar. Por intermédio dos atos praticados, silêncio e poder tem relação com a prática de violência através do qual o silêncio significa a definitiva instauração da força de poder. Em outras palavras, a linguagem é usada como mecanismo de poder em que o silenciamento é a estratégia de coerção dos processos ideológicos, simbólicos e históricos, tornando os silenciados, elementos culturais invisibilizados e submissos aos quais é permitida qualquer atrocidade.

Na literatura os processos de construção dos efeitos de sentido são observados a partir da consideração da historicidade do texto. “Para torná-lo visível, é preciso observá-lo indiretamente por métodos (discursivos) históricos, críticos,

desconstrutivistas”. (ORLANDI, 2007, p.45).

Convém destacar que cada sujeito assume seu lugar de sentido e de silenciamento de acordo com as condições histórico-sociais e culturais e um formato diferenciado de silêncio foi imposto aos grupos étnicos ou sexuais mais fragilizados e histórica e culturalmente marginalizados como no recorte específico de nosso estudo, as mulheres indígenas.

[...] é necessário perceber que todo discurso se estrutura a partir de uma posição determinada, as pessoas falam sempre de algum lugar. Essas situações concretas que dão base material à linguagem não são exteriores ao discurso, mas se insinuam em seu interior e passam muitas vezes a estruturá-lo e constituir-lo. (ORTIZ, 2006, p. 67)

No caso das mulheres, por décadas, o seu lugar de discurso na sociedade não lhe permitia a fala e conduziam-lhe a condição de submissa e qualquer manifestação era imediatamente desacreditada ou punida.

Fundamentados nesses dados teóricos ressaltamos que para compreender e buscar a representatividade do silêncio e silenciamento no *corpus* da obra é necessário a realização de leitura não de forma superficial, mas atenta e profunda das entrelinhas narrativas, buscando as pistas dissimuladas em forma de discurso literário, sabendo que o silêncio é preenchedor dos espaços entre as palavras e pode ser compreendido como desinteresse, hostilidade, fragilidade, desprezo, ausência de vida, julgamento, entre outros.

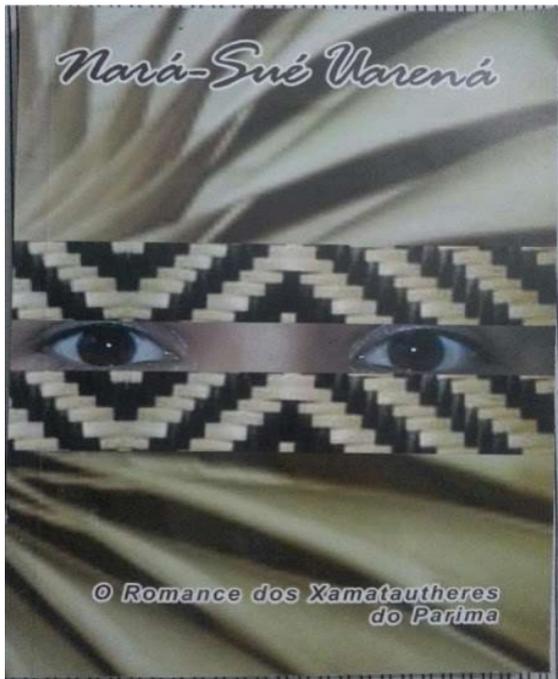
Orlandi (2007) elenca a existência de múltiplos silêncios: o silêncio das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da resistência, o da disciplina, o do exercício do poder, o da derrota, da vontade, o da violência, etc. (p.42) e de acordo com suas ideias, nossas análises partem na busca por pistas dos silêncios fundantes como aqueles implícitos, escondidos nos interdiscursos e do silenciamento como ato político explícito que comporta a censura e a violência.

<sup>2</sup> Entenda-se por censura política qualquer ato que produza o efeito de silenciar, não estando necessariamente ligado ao sentido da censura política governamental.

## O SILÊNCIO FEMININO EM NARÁ-SUE UARENÁ

Iniciamos nossas análises logo a partir da capa do livro que apresenta a imagem de uma jovem indígena escondida por uma espécie de vestimenta ou ornamento, que nos remete à burca utilizada pelas mulheres mulçumanas em que somente os olhos ou o olhar ficam expostos.

Figura 1: Fotografia da capa frontal do livro.



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

A palavra “olhar” nos remete a lembrança da obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, em que temos as passagens que se referem ao olhar de Capitu, como “olhos de ressaca, olhos que o diabo lhe deu... de cigana oblíqua e dissimulada” (ASSIS, p. 31, 41), olhos personificados de mistério e energia que não podiam ser controlados e que envolviam Bentinho e o faziam perder-se neles. Sabemos que o olhar pode representar muita coisa. O olhar está ligado ao movimento espacial e pode influenciar uma tomada de decisões. Um olhar pode perfeitamente deixar transparecer as mais diversas emoções como alegrias, tristeza, paixão, carinho, ou juntamente com um movimento de cabeça, tornar-se permissivo ou negativo, assim como o modo de olhar carrega em si alguma forma de violência. Dessa forma temos o olhar do medo e o olhar intimidador, aquele que faz o dominado recuar, silenciar, obedecer. Se compararmos a imagem acima com a imaginação a respeito do olhar de Capitu, percebemos que a

ilustração não parece transparecer um olhar envolvente ou dissimulado. A posição fixa dos olhos no centro do globo ocular nos reporta a um olhar de tensão, de preocupação, de raiva e dependendo do contexto, um olhar aprisionado. Agora observemos a capa de trás do livro.

Figura 2: Fotografia da capa posterior do livro.



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

A imagem não é muito nítida, mas representa o que Nará-Sue possivelmente visualiza através de indumentária que cobre seu rosto e que ao olharmos atentamente parecem cabanas ou casas construídas uma ao lado da outra como em uma aldeia. Possivelmente a imagem que a personagem visualizou na chegada à sua comunidade na qual possivelmente visualiza a aldeia vazia e silenciosa. O indício de que algo muito errado aconteceu, no caso, o massacre. Por isso a posição dos olhos.

Consideramos também que esta imagem, não casualmente, tenha referência direta com alguma espécie de mensagem presente no silêncio do interdito em que se intenciona mostrar algo que não pode ser explícito, mas que pode ser mencionado indiretamente por intermédio da imagem. Dentro de nossa compreensão analítica da obra, apreendemos ser a intencionalidade da imagem, a de representar o aprisionamento e limitamento moral, sexual, social e literário que perpassa durante décadas as figuras femininas na sociedade e neste caso específico, a figura feminina indígena, considerando todas as situações de violações que vemos representadas na obra como será visto adiante.

Aprofundando nossas pesquisas, descobrimos que a maioria dos desenhos indígenas (SILVA, 2015) possuem uma significação muito importante dentro de cada comunidade e tem relação com suas crenças sendo inspirados e simbolizando diferentes significados como “demonstrar sentimentos, desde os mais felizes até os de revolta e indignação, luto,

tristeza e passagem” (DA SILVA, 2015)

Figura 3: Conhecendo a pintura corporal pataxó.



Fonte: Pinterest.

Como podemos observar a partir desta imagem, os desenhos do grafismo indígena podem ter um significado representativo do feminino e do masculino e neste caso, a imagem que representa o “símbolo feminino” significa “equilíbrio, amor e proteção” e “origem”; e tal como vemos na imagem da capa do livro em análise, ousamos supor que de forma intencional ou não, o grafismo presente na escolha do desenho que circunda a imagem ao redor dos olhos de Nará-Sue, também pode ter estreita relação com a descrição das características da jovem índia e do que sua imagem feminina indígena poderia representar na narrativa.

O silenciamento revela-se inicialmente por intermédio das pistas oferecidas por um por um vocabulário enriquecido por expressões indígenas com o intuito de revelar um vasto conhecimento do mundo da personagem e de sua forma de cultura o que nos leva a compreender com que propriedade o narrador toma para si, a responsabilidade de falar em nome da personagem e a autonomia de dizer o que diz no decorrer da narrativa. Esse ato silenciador por si só já configura indícios das posições do sujeito, no caso a figura feminina indígena, que neste caso tem sua história contada por intermédio da fala do outro e só diz na narrativa aquilo que lhe é permitido dizer. A visão de mundo feminina está condicionada a posição do “outro” sendo pronunciada pelo olhar de um narrador possivelmente masculino.

Convém salientar que no decorrer da narrativa ocorre a diminuição da quantidade de palavras indígenas apresentadas na fala da personagem indicando que o percurso civilizatório se completou e que uma boa parte de sua memória indígena ancestral e “selvagem” foi apagada. Justamente o que nos apresenta Santos (2005, p.122), quanto à

intencionalidade de que os indígenas deveriam “aceitar como seu, um projeto” que não lhes pertencia e que os condicionava pouco a pouco a abrir mão de seu espaço, de sua cultura, de sua organização social e de sua história, para que pudessem ocupar seu lugar na sociedade que se formava.

Na perspectiva da violência, o massacre configura alguns indícios discursivos interditos de silenciamento relacionados ao processo civilizatório que se processa inicialmente pelo apagamento identitário do indígena configurado pela dizimação da tribo e da passagem de um ser embrutecido e selvagem para o indivíduo “domesticado”, docilizado e obediente que finalmente será útil à sociedade: “Transformar os indígenas em homens ‘civilizados’, o que implicava distanciá-los de sua cultura de origem para que, desta forma, pudessem ser úteis à sociedade que deveriam integrar”. (SANTOS, 2005, p.121)

Verificamos neste recorte, a intencionalidade na questão do massacre na narrativa era a de promover o apagamento cultural e o distanciamento da jovem índia de seu ambiente de origem haja vista, após o ritual da *iapa*, nará e seu avô partem em uma viagem em busca de um novo local de morada.

A esse indício de apagamento identitário seguem-se outros como, por exemplo, da morte literal da figura indígena caracterizada pela perda quase total da família e da tribo da jovem menina índia, também representadas no luto e no ritual da *iapa*, realizado por ela e o avô:

Os dois se afastam-se e ficam olhando o braseiro, até que recura não se contendo, rompe choro, am-am-am-am, sendo logo imitado pela suérrero... E no meio do silêncio [...] Uma ou outra “mãe-lua” emite seu canto lamentoso e assim se passa mais uma noite triste como um velório.(MACAGGI, 2012, p.34-35)

O ritual representa a passagem que encerra uma etapa da vida na qual depois dela, “os ‘torrados’, não são mais chorados” (MACAGGI, 2012, p.35). A relação espaço-personagem pode dizer muito a respeito da relação sentimental, experimental e vivencial existentes no interior da obra constituindo um conjunto de ações, comportamentos, movimentos e vivências e que resultam no comportamento final determinado pelo autor para seu protagonista (MARQUES, 2014). Neste contexto, a construção da relação espaço/tempo, habilmente construída,

representada em etapas como: o massacre, seguida pela saída forçada da floresta por medo de serem alvo de um novo ataque e a chegada a uma nova morada (fazenda), se apresentam como a imposição silenciadora da mudança identitária e configuram-se em nada mais que um elemento portador de distrações para o real sentido que a narrativa abriga: a de civilizar o índio.

Percebe-se, portanto que o espaço configura-se e tem relação direta com o tipo de comportamento escolhido para a personagem, constituindo todo o seu movimento dentro da narrativa de um período crítico, no contexto social da época (ditadura e pós-ditadura) considerando o fenômeno discursivo do “desbravamento” e da distribuição das florestas e matas locais a seus “bravos desbravadores” e o modo como os índios tiveram seus territórios invadidos, e as mulheres violadas sem ter como se defender e a quem de fato recorrer, sendo silenciadas e invisibilizadas.

O processo civilizatório representado pela viagem, através da qual a bela jovem e seu avô se encontram com o aquele que vai guiá-los ao novo destino que os aguarda e por intermédio do qual serão “civilizados”, além de portador de apagamento identitário, apresenta indícios que remontam a ideia de que os indígenas precisam ser guiados pelos brancos na aquisição de uma nova postura identitária. Fato esse que pode ser observado quando consideramos as passagens:

E acham um napê ferido, caído na areia, gemendo de dor. Solícita, Nará-Sue limpa-lhe os ferimentos e o rosto sujo de inheinhe e areia e o recura lhe prepara um chá que ele bebe, fechando os olhos depois. [...] E é gente séria que merece amparo e respeito e eu respondo por eles, dona Francisca. E querem ficar aqui, trabalhando. Podem? [...] Naré-Sue está aprendendo a ler e escrever, escondida sempre, com o capataz, que se admira de sua inteligência e vontade de aprender as coisas. (MACAGGI, 2012, p.81, 84, 99)

Observamos nestes recortes, a discursividade narrativa no que tange as referências interditas relacionadas ao processo civilizatório no qual a índia e o avô são submetidos, sendo guiados pelo capataz Manoel, e percebemos que este processo apesar de conturbado parece transcorrer de forma naturalizada sendo enfatizada pela facilidade e vontade da jovem de aprender as coisas. O que não impede que a jovem vivencie situações de submissão, censura, perseguição e discriminação, elementos que

configuram já de antemão, como parte das relações de imposição de poder impostas pelo processo civilizatório pela qual passariam a suérrero (menina) e seu aquerrire (avô). Logo na chegada a fazenda, os dois são recebidos pela proprietária e matriarca D. Francisca e por seu filho Lauro que já de início demonstram discursos de pessoas autoritárias e discriminadoras:

– Não é a toa que não gosto de bugres, rosna a fera mãe, mais podem ficar. Têm casa, comida e pequeno pagamento por que não sou rica. [...] E se acomodem no barracão dos empregados, asseiem-se e jantem na cozinha. Comem o que há e não reclamem. Andem logo, mexam-se e não estejam aí parados, parecendo lesma. Manoel leve esses dois bocós. (MACAGGI, 2012, p. 84)

A jovem índia e seu avô apesar de trabalharem “como animais” e cumprirem com afinco suas obrigações, são constantemente vigiados e duramente criticados pela “fera mãe”, que os persegue constantemente e conforme percebemos, as recomendações do capataz diante do comportamento dos autoritários donos é de que Nará e seu avô, sejam obedientes e permaneçam calados para evitarem confusão:

É preciso paciência e coragem para aguentar viver aqui com os insultos e provocações e não achar graças nas besteiras do Lauro, por que ela logo se espoleta e xinga, ameaça e sempre vence. Vocês terão de sufocar o nervosismo, sofrer calados a não vão pensar em se vender. [...] Chega de conversa fiada e ouçam o meu conselho, aguentem, e escutem, não respondam. (MACAGGI, 2012, p.85,86)

Por intermédio dos atos praticados, silêncio e poder tem relação com a prática da violência, através do qual o silêncio significa a instituição ou a instauração do poder. A sonoridade não ouvida na voz produz sentidos da voz submissa ao responder obediente quando na verdade deveria ser rebelde (AZZARITI, 2015). O ato de falar, por si só, já representa uma ameaça tanto para quem fala, quanto para aqueles implicados no ato de falar. Desmotivador e assombroso, o ato de falar pode provocar uma situação controversa em desfavor do falante, uma incitação e uma revolta que podem voltar-se contra o falante, causando o ato silenciador e posteriormente o silêncio de outros falantes que possivelmente dariam ou aumentariam a voz de protesto contra os denunciados.

O ato discursivo de silenciar mediante situação de humilhação ou de violência, seja verbal

ou física, foi ao longo dos anos e perdura até os dias de hoje, configurado de forma naturalizada no meio social e cultural. Considerou-se o corpo então objeto direto das mais diversas formas de agressões sobre o argumento de educar e principalmente moldar a mulher a um caráter dócil como forma de controle de seus possíveis pervertimentos ou rebeldias. O silenciamento passou a servir como forma de controle social passando, portanto, a ser utilizado como função disciplinadora tomando o corpo como elemento de controle e transformação dos mesmos em dóceis e úteis. Atrelado a isso, esse processo de “docilização” pelos quais são submetidos, ainda incidem sobre práticas de violações cujo objetivo é a “sujeição do indivíduo” no caso as mulheres. (MONTEIRO; SARMENTO-PANTOJA, 2018).

Um dos atos de violência mais bárbaras que ocorrem na narrativa configura-se justamente no corpo feminino por intermédio do ato brutal contra uma mulher que encontrava-se em sofrimento e indefesa, em trabalho de parto, ato esse que só se encerra após ser silenciada a fala, culminando na morte da mesma.

Angelina gemeu alto, a voz apagando-se com a vida, mas ainda pôde suplicar no derradeiro instante, ao logo assassino que a olhava indiferente: – Pelo amor de Deus, não corte mais! O pobrezinho já não se mexe dentro de mim! Se o senhor não soube fazer mais nada por ele, faça por mim, salve-me! Ai, eu não quero morrer, não quero! Ai! Ai! Parou, estremeceu um gemido surdo e não se mexeu nem falou mais, entregando sua alma sem pecados a Deus. (MACAGGI, 2012, p.102)

Como podemos perceber no recorte acima o nível de brutalidade do ato deixa os personagens na cena imóveis e sem ação até que se seja consumado. Observamos também que a fala representa um “sentido de força e sobrevivência” tornando-se uma voz de resistência que incomoda ao produzir sentido e só pode ser considerada totalmente submissa ao se calar, ou seja, enquanto houver voz, haverá resistência e, portanto, não haverá total submissão. Assim fica latente o sentido da ação do assassino que somente considera seu ato finalizado após o silenciamento total de sua vítima. O silêncio da morte e da violência sobre o corpo prova o silêncio pela imposição da tortura e do poder por intermédio do medo e do pavor onde a “argumentação contra a penalidade não encontra o direito” e “o silenciamento e o corpo” estão conectados a uma relação de poder, ligados diretamente a uma relação de sujeição

(AZZIRATI, 2015). Neste sentido, na narrativa, sob a imposição de um ato violento e posterior ameaça, todos foram obrigados a silenciar:

Quero avisar a todos aqui que se calem, negando sempre ou afirmando que nada sabem [...] Caso contrário eu mando a minha falagem do inferno destruir suas casas e acabar com todos vocês. Levando-os para o caldeirão de fogo do diabo. Entenderam? Bico calado! Olha lá! Bico calado! Estou avisando! Quem avisa amigo é! Eu vou embora hoje, mas se souber que alguém daqui abriu o bico, volto imediatamente e começo a castigo. (MACAGGI, 2012, p.103)

O ato silenciador foi imposto aos empregados e até mesmo à dona da fazenda D. Francisca que mesmo representada por uma figura feminina, tem configurado um comportamento impositor e opressor e passa a ser também intimidada pelo violador: “Até ela, a megera, fora ameaçada pelo matador antes de partir e covarde como era, fechou a boca, nunca mais falando com alguém a respeito do crime” (MACAGGI, 2012, p.104). Antes mesmo de ser ameaçada, a dona da fazenda já havia imposto silenciamento aos seus empregados sob pena de castigo e punição e como percebemos no trecho abaixo, sua atitude de desprezo pela vida é revoltante. Além de silenciar a parteira por imposição de culpa e vergonha pela falha na execução e demora em cumprir com seu trabalho, culpando-a pelo ato brutal que não era responsabilidade sua, mas, sabia que por medo, a mulher ficaria calada.

Morreu, paciência. Ninguém, mas ninguém mesmo deve saber o que se passou aqui e vocês aí, detrás da porta, bisbilhotando, bico calado! Ai de quem trair! Será castigado sem pena! E com a senhora, dona Sára parteira, eu sei o que vou fazer, por que não passa de uma criminosa que matou o filho no útero da mãe, assassinando mãe e filho, os dois! Os dois! Eu? Logo eu, dona Francisca? Eu matar Angelina? Mas que calúnia, Santo Deus! Ora, deixe Deus em paz, sua herege e diga apenas que o filho não pode sair e a mãe não aguentou. Angelina morreu de parto, ouviu bem? A pobre dona Sára, envergonhada, saiu puxando sua ajudante Lúcia. (MACAGGI, 2012, p.102)

Como percebemos nesse excerto, os dispositivos de poder pertencentes aos atos de imposição por violência e por meio do discurso não ocorrem de forma isolada, ou seja, incidindo somente sobre o dominado. Como já mencionado, o discurso silenciador assume a postura do sujeito enquanto elemento que atua e que sofre a ação dependendo do contexto em que se encontre. É vedado ao sujeito o ato de falar, ou seja, censurado neste caso por imposição de violência e do discurso culposos, autorizam-lhe dizer somente aquilo que seja

conveniente, seguro, necessário ou permitido que seja falado e nada mais: “Dona Francisca mandou logo espalhar por toda parte que Angelina morrera de parto e o crime horrível caiu no ostracismo, porque ninguém se atreveu a falar sobre ele ou ir a Boa Vista dar parte a polícia”. (MACAGGI, 2012, p.103)

Conforme se pode constatar, percebemos a imposição do silêncio por intermédio do silenciamento pela violência, ameaça, vergonha, medo, exclusão, conveniência, omissão e por negação, haja vista, observamos em diversos momentos da narrativa como já exposto, uma tentativa de apagamento, de invisibilização cultural e de naturalização da violência como parte do processo de forma tal que percebemos que “o silêncio da censura não significa ausência de informação mas inderdição do ato enunciador e limitação ao que um sujeito será ou não autorizado a dizer”. (Orlandi, 2007, p. 105), afetando assim de forma direta, a elaboração identitária do sujeito como elaborador da sua história de sentidos, impedindo-o de sustentar outro discurso, ou seja, silencia-se no corpo, nas opiniões, nas ideias, na auto-estima e na identidade.

O sentido do calar, do silenciar é ressoante, pode incomodar. Pode, mas não incomoda, nem sempre. Porém essa mesma força que cala, produz resistência e o silenciamento toma corpo de força subversiva posicionando-se contrariamente às forças dominantes constituídas. Dessa maneira, censura e resistência trabalham a mesma região de sentidos e o silêncio que constitui o ato silenciador é o mesmo que proporciona ações de revolta, de insurgência contra os elementos ditatoriais impostos ainda que sofram as consequências de uma atitude insurgente como acontece com Nará que ao contar ao esposo de Angelina a verdadeira história, passa a ser ainda mais perseguida pela proprietária da fazenda: “Ela persegue demais a pobre Uarená. Se a vê cuidando de uma planta ou olhando uma árvore, logo rosna: - tanto trabalho? Pura estupidez.” (MACAGGI, 2012, p. 106)

A passagem deixa claro que a violência tem modulações diferentes não somente restringindo-se a violência física, mas até o modo de olhar carrega em si alguma forma de violência. Dessa forma a mulher na condição considerada inferior, mesmo quando subjugava, também era submissa, considerada como objeto de satisfação sexual masculina que de forma

tal tornou-se um conceito internalizado por muitas mulheres e que por isso são silenciadas perante agressões físicas, além das ameaças possivelmente sofridas. Neste sentido percebemos não por intermédio de uma ação executada, mas por um alerta do *aquerrire* à sua neta Nará, os perigos de ser mulher na época da construção narrativa em destaque:

Agora tu já é mulhé, Nará-Sue e não deixa ninguém garrá teu corpo, amassa teus peito, apertá tua coxa. Só se é teu marido. Se é outro, tu se defende, cospe, morde, dá co pé, usa nabuxi(cacete), luta mesmo, porque napê chega mansinho, napê presente, fala bonito, faz filho e abandona a caboca nos “caídos” da noite. Não deixa, suérero, até que vai aparece homem séro que te quera e arrespeite. Tu é bonita, boa e não provo nenhuma homem ainda. Óve o que o pajé diz, não deixa nunca, nunca ninguém se apossá de tú: Iscuíta teu aquerre.(MACAGGI, 2012, p. 72)

Fundamentado neste recorte da obra, a discursividade narrativa de alerta do avô para sua neta, reverbera a enunciação dos processos de poder, de violação, de opressão que os povos indígenas sofreram, principalmente as mulheres e justamente elas serão alvo destes dispositivos de imposição de poder por intermédio da violação, pois são elas que serão estupradas e usadas das formas mais aberrantes possíveis assim como serão o primeiro alvo do silêncio, obrigadas a calar-se. Esses dispositivos de silenciamento têm na agressão do corpo feminino indígena, como um corpo a ser colonizado, usado, um recurso de poder que o homem colonizador tem sobre o espaço e sobre a terra, e de posse desta, constitui-se do direito de fazer o que bem lhe convinha e as principais vítimas dessas atrocidades eram as mulheres. Sendo assim, qualquer corpo feminino que cruzar este caminho vai sofrer os processos de violação, violência e opressão como vimos acontecer com Angelina, Sára e Nará.

Além desses exemplos expressivos de silenciamento, outro indício de apagamento identitário se faz presente na forma representativa da figura feminina na narrativa macaggiana, que segundo Santos (2018), excede a beleza comum às indígenas da tribo, o que torna por evidenciar “as deficiências das demais em relação a Nará” (p.50):

Ruro (testa) amplo e peiçarripe (boca) pequena, enfeitada com duas fileiras de dentes alvos e miúdos parecendo milho de pipoca. Renaque inxiinque (cabelo preto) abundante, livre e liso em cascata pelos ombros largos. Enfim, uma suérero bonita, coisa rara, aliás, nas meninas de Xamatá. (MACAGGI, 2012, p. 23)

Na narrativa, Nará-Sue é retratada como uma jovem índia bondosa, corajosa, de beleza “rara” que ama e respeita a natureza, mas que logo no início da trama é picada por uma vespa, o que segundo Santos (2018, p.69) já de início configura-se como um presságio dos acontecimentos vindouros. Consideramos neste contexto a forma diferenciada de retratação da beleza de Nará, apresentada como superior ao de outras meninas índias, como um dispositivo discursivo de apagamento identitário já que fica clara a intenção de projetar na figura indígena feminina, uma imagem com traços físicos que não correspondem ao considerado na própria obra como real, ou igual ao de outras, mas sim superior, diferenciado, evidenciando a ideia de ser esta, uma índia especial.

Observamos que essa figuração da beleza da jovem índia em detrimento das demais, que por sinal deixam de existir quando do ato do massacre, serve como preparativo para o discurso narrativo que segue, em que no momento do resgate do napê Manoel, ao olhar a beleza da jovem ele a admira e Nará retribui o gesto emocional no primeiro indício de um relacionamento futuro entre os dois que vai se confirmar ao final do Livro Quinto.

Nará-Sue fica perto do enfermo e ajeita-lhe a coberta, cantando baixinho. Ele acorda, sorri-lhe e diz: Taó, Taó, uarená bonita. Ela fica sem jeito com o agradecimento, sentindo o coração bater apressado e sai dali depressa. [...] Nará-Sue também logo dorme, com uma sensação estranha no peito, coisa nunca sentida antes. E não é dor, não é sim amor puro e instantâneo brotando ao aconchego do verde da paimepaimé e trazido por um sacizinho travesso que os napês chamam de cupido. Suspira e fecha os olhos, feliz da vida. (MACAGGI, 2012, p.82)

Analisemos ainda que este encontro de acordo com a narrativa é abençoado pela natureza, na figura dos pássaros e do céu estrelado:

Purimaarômbe, louvando aquela ação, risca de luar as frestas das palhas do teto e os iununpicieis (pássaros) noturnos param seus cantos de despedidas do dia, para não incomodar o doente que está sendo medicado pelo recura e sua ajudante simpática. (MACAGGI, 2012, p. 81)

Há de se considerar que mesmo sendo abençoada pela Mãe-Natureza, fica claro em nossa análise que esta união só pode ser consolidada a partir da “conclusão” do processo civilizatório da índia e do seu aquerrire. Momento no qual a jovem índia e o napê unem-se em matrimônio, sob a tutela de padrinhos como na religiosidade cristã, ganhando

presentes e podem assim seguir um novo caminho em busca de uma morada para os dois e o avô. Na condição desta união, também apontamos para os indícios que remontam da criação de um novo indivíduo, uma nova raça, que configura da união dos napês com os indígenas: o mestiço. Concebido de acordo com a narrativa – no espaço interdito – num processo totalmente tranquilo e pacífico e que representaria o crescimento e engrandecimento da região amazônica em terras roraimenses.

Aqui, neste Parima que nos acolhe agora, vai ver os nossos filhos que vão aprender o respeito e amar o nosso Brasil, ao lado de sua mãe roraimense e seu pai paranaense e abrigados pelo “verde que te quero verde” (MACAGGI, 2012, p. 119)

Neste trecho analisamos mais um indício de silenciamento dos fatos desconstruídos pela narrativa se considerarmos que as sombras da violência pairam sobre a real maneira como ocorreram os desbravamentos e as apropriações de territórios indígenas no Estado e a principalmente a forma como foram tratadas as mulheres indígenas na região Amazônica pelos “desbravadores”. Cabe salientar que nossas análises não se fecham como finais e em um único ponto de vista e encontram-se associadas somente ao contexto narrativo da obra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O silêncio tem estreita ligação com as relações de poder e esta com a violência e o silenciamento. Portanto como vimos nas análises, o silêncio feminino na obra configura-se na personagem da índia *Nará-Sue Uarená*, por intermédio de elementos discursivos como o apagamento identitário, a violência, os atos de violação do corpo, a configuração do deslocamento sujeito-espaço e pelos atos de imposição de poder como o silenciamento através da censura provocada pela humilhação, vergonha, medo, opressão, discriminação e omissão. Sendo assim a jovem índia é silenciada por sua tristeza na perda da família, por imposição discursiva discriminatória, pela imposição de poder da dona da fazenda, pela violência e para salvar a própria pele de possíveis castigos piores, assim como sua voz também encontra-se silenciada no decorrer da narrativa sendo representada pela figura do narrador.

Observamos que mediante as relações subversivas do poder instituído nas figuras dominadoras presentes na obra, que subjagam e

silenciam Nará, ainda reverberam traços de silenciamento já instaurados que mudam a vida da jovem índia, ocasionando uma transformação definitiva na qual a suérrero já “civilizada”, casa-se com um homem branco e configuram uma nova composição familiar figurando um relacionamento pacífico quando do processo civilizatório e o surgimento de um novo indivíduo: o mestiço.

Reiteramos que nossas análises não definem e nem encerram em definitivo os temas abordados e possíveis discordâncias, haja vista, nossa perspectiva subjetiva e nossas abordagens deixam claro que nossa intenção é a realização da análise do *corpus* em questão sob a perspectiva do silêncio e do silenciamento permitindo aos leitores, sua própria análise observativa considerando seus próprios pontos de vista. Como menciona Monteiro (2019), o estilo de discurso *truncado* macaggiano não nos permite afirmar, apenas inferir a possibilidade de nas obras encontramos elementos denunciativos dos silenciamentos e das imposições de poder a partir das falas narrativas de violência, violação e discriminação, e que nos leva a crer que mesmo de maneira não intencional, acabam por nos apresentar todos esses dispositivos de apagamento, invisibilização e violação principalmente da figura feminina, foco de nossos estudos. Observamos ainda, uma forma silenciosamente discreta de fazer com que as violências acontecidas naquele tempo que eram naturalizados na vida social, fossem transferidas para a forma pública através da escrita do romance apontando aquele silêncio incômodo que representava algo extremamente doloroso e maléfico para as mulheres e como certos comportamentos e certos falares eram política e socialmente convenientes permitindo a todos optar por silenciar, o que só fortalece nosso pensamento no que tange ao silenciamento como um comportamento socialmente culturalizado.

Exemplos contemporâneos de silenciamento caracterizam-se pela união dos meios tecnológicos – jornais rádio televisão internet – com políticas explícitas ou não, relacionadas ao funcionamento desses meios e as características históricas de formação da sociedade brasileira funcionando como políticas de silenciamento excludentes que promovem a perpetuação da cultura do silêncio. Segundo Paulo Freire, “Na cultura do silêncio as massas são ‘mudas’, isto é, elas são proibidas de

criativamente tomar parte na transformação da sociedade e, portanto, proibidas de ser”. (PAULO FREIRE-1970, *apud* LIMA, 2017). Dessa maneira atualmente encontramos o que se pode chamar de “vontade imobilizadora” possibilitada por políticas silenciadoras que mobilizam a vontade reivindicativa, protestante contra tais políticas, tornando os processos silenciadores formas naturalizadas, alienadas por intermédio de frases como “a realidade é assim mesmo”, “isso é uma fatalidade”, entre outras, o que segundo Lima (2017), torna esse o principal desafio da atualidade: fazer tornar à vontade de desalienar, abrir os olhos para a realidade mascarada da atualidade.

Esperamos assim ter contribuído para que o leitor possa encontrar nesta pesquisa uma referência norteadora no que se refere a observação dos elementos constituintes do silêncio e do silenciamento e desta maneira, passe a considerar não só nesta, mas em outras obras da autora, ou de outros autores, se assim desejar, elementos fundantes de silenciamento.

Por fim, que possamos a partir destas análises observar com mais afinco e profundidade não somente os elementos fundantes do silêncio e do silenciamento a partir do *corpus* analisado, mas as marcas deixadas na história que reverberam até os dias atuais e que escondidos pelos aparatos tecnológicos e midiáticos, cegam e alienam aqueles que optam por seguirem docilizados, obedientes ao sistema que já naturalizou a violência, a censura e a descredibilidade moral como forma de silenciar os indivíduos considerados “inconvenientes”.

## REFERÊNCIAS

- ALMADA, Silvia Marques de. A questão do regionalismo em A Mulher do Garimpo, de Nenê Macaggi. Boa Vista: Editora da UFRR, 2017, 180p. Coleção: Circum Roraima; v. 2.
- ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. Grandes obras da Língua Portuguesa, 5ª edição. Jaraguá do Sul – SC. Editora Avenida, 2012.
- AZZARITI, Mônica. Silêncio, silenciamento e tortura: violência e sentidos. Revista Percursos Linguísticos, vol.5, n.11, seção Artigos. Espírito Santo, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/10359>. Acesso em: 01 out. 2020.

- BEAUVOIR, Simone de. O segundo Sexo: 1. Fatos e Mitos. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª edição. Difusão Européia do livro, São Paulo, 1961.
- BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminino e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CAMPOS, Sheila Praxedes Pereira, MIBIELLI, Roberto. De São Paulo a Roraima ou de Macunaíma à Mulher do Garimpo: Projetos de Literatura para a Amazônia. Literatura, Cultura e Identidade na/da Amazônia: Experiências Literárias, Textualidades Contemporâneas. Orgs: Roberto Mibielli, Devair Antônio Fiorotti, Luciana Marino do Nascimento. ABRALIC, Rio de Janeiro, 2018. Ebook 19, p.26–47. Disponível em: <https://abralic.org.br/publicacoes/ebooks/>. Acesso em: 10 out, 2020.
- CÂNDIDO, Antônio. Literatura e Sociedade. Grandes nomes do pensamento brasileiro; 8ª edição. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.
- DA SILVA, Alexandrina. O grafismo e significado do artesanato da comunidade Guarani da Linha Gengibre. Florianópolis-Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2015. Disponível em: <https://licenciaturaindigena.ufsc.br/guarani/>. Acesso em: 28.11.2020.
- FRAGA, Rosidelma Pereira; LIMA, Danielle dos Santos Pereira. Regionalismo e Comunidade imaginada na obra da roraimense Nenê Macaggi. Revista Ambiente, Gestão & Desenvolvimento – ISSN: 1981-4127. Volume 12, n 01, jan/jun 2019. Seção: Varia. Boa Vista, Roraima, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/189/83>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- HARA, Tony. Foucault em silêncio. Revista Ecpolítica, n.11, jan-abr, p. 88-102, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ecpolitica/article/view/23578>. Acesso em: 01 ago, 2020.
- KOPENAWA, Davi, ALBERT, Bruce. A queda do céu : Palavras de um xamã yanomami. Davi Kopenawa e Bruce Albert ; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015. Disponível em: [www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br). Acesso em: 01 ago, 2020.
- LIMA, Venício. A. de. Sobre a Cultura do Silêncio. Portal Carta Maior, 2017. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia-e-Redes-Sociais/Sobre-a-cultura-do-silencio-1-12/38974>.
- Acesso em: 07 ago. 2020.
- MACAGGI, Nenê. Nará-Sue-Uarená: O Romance dos Xamatautheres do Parima. Boa Vista, RR; Gráfica Real, 2012.
- MARQUES, Jorge. Personagens femininas: confinamentos, deslocamentos. 1ª edição. Rio de Janeiro; Oficina Raquel, 2014.
- MATOS, Fabiano Almeida. O trabalho indígena na América Latina colonial: escrevidão e servidão coletiva. Ameríndia – História, cultura e outros combates, v.3, n.1/Artigos. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/amerindia/article/view/1565>. Acesso em: 02 jan, 2020.
- MELLO, Renato de. O silêncio faz sentido. Instituto de Letras e Linguística. Universidade Federal de Uberlândia, MG. Múltiplas perspectivas em Linguística. XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL), 2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/sumario.html>. Acesso em: 21 set. 2020.
- MONTEIRO, Huarley Mateus do Vale. CORPOS INDÍGENAS MESTIÇOS (IN)DÓCEIS EM ‘ROMANCES DO CIRCUM-RORAIMA’. Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 2–9, 2019. DOI: 10.24979/275. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/275>. Acesso em: 21 set. 2020.
- MONTEIRO, Huarley Mateus do Vale, SARMENTO-PANTOJA, Tânia. Corpos violados em romances de Nenê Macaggi. ABRALIC, Congresso Internacional, 2018. Circulação, tramas e sentidos na Literatura; 30 jul a 03 ago; p.1871–1882. Disponível em: <https://abralic.org.br/anais/?p=18&ano=2018>. Acesso em: 12 jul, 2019.
- MUNDURUKU, Daniel. Karu Taru: o pequeno pajé. Ilustrações: Marilda Castanha. 2 ed. Porto Alegre, RS; Edelbra, 2013.
- MUNDURUKU, Daniel. Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- MUNDURUKU, Daniel. Parece que foi ontem. São Paulo: Daniel Munduruku; Ilustrações: Maurício Negro; Jairo Alves Torres Munduruku. Global, 2006.
- OLIVEIRA DO NASCIMENTO, Michele Vasconcelos. Sobre a história da literatura e o silenciamento feminino: questões de crítica literária e de gênero. Historiæ, v. 6, n. 1, p. 283-301, 1 out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5418>, Acesso em: 13 jun, 2020.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do Silêncio. 6ª edição; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 9ª reimpressão 2006.
- ROCHA, Rebeca. No dia internacional dos povos indígenas conheça o significado das pinturas corporais de algumas etnias. Universidade Federal do Pará – UFPA, 8 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/8770-no-dia-internacional-dos-povos-indigenas-conheca-o-significado-das-pinturas-corporais-usadas-por-algumas-etnias>. Acesso em: 28.11.20.
- SANTOS, Raiane Costa dos. Sem pena nem coçar: configurações do índio na obra de Nenê Macaggi. Tese (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UFRR. Roraima, 2018.
- SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. Entre a Maloca e a civilização: os indígenas no processo de colonização de Roraima no século XX. Textos & Debates, v. 8 / jul de 2005. Revista de Filosofia e Ciências da Universidade Federal de Roraima. Editora UFRR. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/2856/0> . Acesso em : 08 out, 2020.
- SILÊNCIO. In.: Michaelis Dicionário On-Line Brasileiro Da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/silencio>. Consulta realizada em: 05/09/20)
- SILVA, Raimunda Gomes da. Representação do gênero feminino: o sagrado, o tradicional e o feminismo em Boa Vista/RR nas décadas de 1970 e 1980. Textos & Debates, n 08 / julho de 2005. Revista de Filosofia e Ciências da Universidade Federal de Roraima. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/2862>. Acesso em: 08 out, 2020.
- TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Entre o ser e o estar: o feminino no discurso literário. Guairacá – Revista de Filosofia, v.25, p.81-102. Guarapuava, Paraná, 2009. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/1125>. Acesso em: 19/11/2019.
- TFOUNI, Fábio Elias Verdiani. Interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. Linguagem em (Dis)curso, [S.l.], v. 8, n. 2, p. p. 353-372, out. 2010. ISSN 1982-4017. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/393/413](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/393/413)>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- ZINANI, Cecil Jeanini Albert. Literatura e Gênero: a construção de identidade feminina. 2ª edição. Caxias do Sul, RS; Educs, 2013.
- ZINANI, Cecil Jeanini Albert. DOS SANTOS, Salete Rosa Pezzi. Mulher e Literatura: história, gênero e sexualidade. Caxias do Sul, RS. Educs, 2010.